

Autoeficácia e o Desempenho de soldados da Polícia Militar
Self-efficacy and Performance of Military Police Soldiers
Autoeficacia y Desempeño de los soldados de la Policía Militar

Recebido: 08/07/2020 | Revisado: 08/07/2020 | Aceito: 10/07/2020 | Publicado: 30/07/2020

Fabício Silva Bassalo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9417-9176>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: fabassalo@gmail.com

Maély Ferreira Holanda Ramos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6150-6345>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: maelyramos@hotmail.com

Silvia dos Santos de Almeida

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4817-7804>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: salmeidaufpa@gmail.com

Emmanuelle Pantoja Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0134-4350>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: emmanuellepantojas@gmail.com

Resumo

A temática acerca da formação policial no Brasil tem ocupado lugar nas discussões sobre novos modelos de segurança pública e perfil profissional adequado para atividade policial ostensiva. Neste sentido, buscou-se avaliar a percepção de autoeficácia de desempenho na formação dos soldados da Polícia Militar. Para isto, realizou-se uma pesquisa de campo, utilizando formulários, a fim conhecer aspectos específicos dos mesmos. Participaram da pesquisa 284 recém-formados no Curso de Formação de Praças 2018/2019. Os resultados mostraram que 63% participantes estão apresentando-se acima do grau de escolaridade exigido pelo concurso. Quanto à avaliação do curso, segundo a percepção dos mesmos, as notas com maior expressão foram 1 (0,4%) e 8,0 (33,2%). Ao considerar a formação para capacidades de compor sindicância policial e capacidade de interagir com órgãos da justiça, 75,6% possuem

nível superior completo, 70,8% possuem ensino superior incompleto e 55,2% possuem ensino médio, os quais responderam se sentir capazes para o item, corroborando a ideia de que os mesmos apresentam níveis de autoeficácia. Sugere-se que estudos futuros possam abranger novos polos de formação, a fim de compreender outras localidades.

Palavras-Chave: Autoeficácia; Ensino profissional policial; Formação policial; Ensino.

Abstract

The theme about police training in Brazil has taken place in discussions about new models of public security and an adequate professional profile for executive police activity. In this matter, we sought to evaluate the perception of performance of self-efficacy in the training of soldiers of the Military Police. A field research was conducted in a survey in order to know specific aspects of personal perception. A total of 284 graduates from 2018/2019 class participated. The results showed that 63% participants are above the level of education required by the contest. Regarding the evaluation of the course, according to their perception, the grades with the highest expression were 1 (0.4%) and 8.0 (33.2%). Considering the training for police inquire skills and the ability to interact with justice agencies, 75.6% have completed higher education, 70.8% have incomplete higher education and 55.2% have high school, which answered feeling capable for this item, corroborating the idea that they have levels of self-efficacy. It is suggested that future studies may encompass new training hubs in order to understand other regions.

Keywords: Self-efficacy; Professional police training; Police training; Teaching.

Resumen

A temática acerca de la forma policial en Brasil tem ocupado lugar nas debater sobre nuevos modelos de seguridad pública y perfil profesional adecuado para la acreditación policial ostensiva. En este sentido, bus-se avaliar aef isto, realizou-se uma pesquisa de campo, utilizando formulários, un fim conhecer aspectos específicos dos mesmos. Participaram da pesquisa 284 recém-formados no Curso de Formação de Praças 2018/2019. Os resultados mostraram que do grau de escolaridade exigido pelo concurso.Quanto à avaliação do curso, segundo a percepção dos mesmos, como notas com maior expressão foram 1 (0,4%) y 8,0 (33,2%). de compor sindicância policial y capacidade de interagir com órgãos da justiça, 75,6% posee nível superior completo, 70,8% posee ensino superior incompleto e 55,2% posee m ensino médio, os quais responram se sentir capazes for item, corroborando una idea de que

os mesmos apresentam níveis de autoeficácia. Sugere-se que estudos futuros posam abranger novos polos de formação, un fim de compreender outras localidades.

Palabras clave: Autoeficacia; Policía formación profesional; Entrenamiento policial; Enseñanza.

1. Formação Policial

A segurança humana ocupa lugar de destaque nas discussões mundiais sobre o equilíbrio na vida em sociedade, mesmo sabendo que cada sociedade define, de acordo com as características sociais, culturais e legais, os limites do que é aceito ou não como regras e transgressões. Aspectos similares são observados no que tange o estabelecimento da criminalidade e da violência como fenômenos sociais, sejam estes causados por conflitos característicos de conflitos armados (guerras) ou por fatores sociopolíticos e econômicos (Mcenvoy & Hideg, 2017).

Szabó & Risso (2018) ponderam que no Brasil vive-se uma crise de segurança grave, e com percepções de que não haja soluções visíveis para resolver o problema nesse contexto, portanto, o Estado se mostra ineficiente em suas políticas públicas de gestão e governança, estas geram graves consequências atingindo diretamente um dos pilares de estabilização de qualquer nação democrática, a Segurança Pública.

Nos últimos vinte anos, políticas públicas equivocadas, modelos reativos de enfrentamento do crime, ausência do Estado em outras áreas como infraestrutura das cidades, saúde, educação, falta de reformas nas organizações policiais, influenciaram diretamente a percepção da sociedade quanto ao modelo de segurança pública adotado no país. Considera-se que pela diversidade da nação brasileira não é possível produzir soluções generalistas ou até mesmo unificadas, que possam servir a todos os estados da federação (Soares, 2006). Nesta linha de raciocínio, o autor destaca a ausência de planejamento estratégico, entendendo que a formação e o treinamento, se não inadequados, estão, pelo menos, em desacordo com o volume exorbitante de desafios impostos por uma sociedade em transformação exponencial como a brasileira (Soares, 2006; Leal 2016).

Neste contexto o senso comum, geralmente, descreve o policial militar como um profissional despreparado, truculento, corrupto, desprendido da realidade, com baixa escolaridade, cultura geral e que apenas cumpre a função repressora do Estado. Silva e Sento-Sé (2013) discorrem sobre a imagem do ofício policial, principalmente das distorções do que vem a ser o trabalho desenvolvido pelo policial, e de como este é construído

socialmente, relegando assim a atividade a um menor grau de importância aos olhos da sociedade, deste modo, pelo menos aos olhos do senso comum, não necessitando um nível de qualificação mais apurado.

Desta forma, questiona-se como este indivíduo, que antes de ser policial é um ser social, cidadão com suas próprias crenças, características próprias, formação e visão de mundo, é preparado e formado pelo Estado, para exercer a função de escudo e protetor dos valores estabelecidos por ordenamento jurídico e convenções sociais, respeitando preceitos constitucionais de cidadania em uma sociedade de extremos (Menandro & Souza, 1996).

Poncioni (2014) problematiza que, em se tratando do Brasil, diante da relação entre formatar a identidade profissional do policial (características, atributos e habilidades) e a formação policial ofertada pelos Centros de formação, ainda existe um “abismo”, por haver escassez de literatura sobre o tema e poucas experiências práticas, dificultando ainda mais discussões sobre novos modelos de ensino policial. A visão social empírica da função do policial reforça a imagem do profissional despreparado, mas subserviente a qualquer demanda social, aonde se enxerga como premissa que se deve punir o transgressor, mas não a transgressão; e que cumpra dependendo da conveniência, dos dois aspectos exigidos pela demanda social: O do garantidor de direitos e ao mesmo tempo de “carrasco”, que aplica punição capital aqueles considerados páreas sem recuperação por esta mesma sociedade.

Sendo assim, se faz necessário discutir a formação policial, pois, conforme descreve Silva (2009), a formação do Policial Militar precisa dar conta do modelo institucional eminentemente militar, ligado às tradições, as normas, e comportamentos padronizados, frente ao exercício de uma atividade civil, que é de exercer o policiamento ostensivo, refletindo assim uma dupla identidade profissional.

Apesar das tentativas de melhorar o sistema de ensino policial no Brasil, é preciso considerar que este processo envolve crenças, simbolismos e valores ligados à formação militar (Poncioni, 2004; 2014). Neste contexto, elenca-se a Autoeficácia e a avaliação de desempenho, como possíveis instrumentos de transformação da atividade policial, vislumbrando um novo campo para atingimento de objetivos cognitivos, atitudinais e operativos envolvidos no exercício do trabalho.

1.1. Autoeficácia e Percepção de Desempenho

No Pará, a carreira profissional do Policial Militar é iniciada com declaração de Aspirante a oficial, via concurso, podendo chegar ao último posto da corporação, desde que

ao longo da carreira o Oficial cumpra as exigências legislativas vigentes, destacando-se neste cenário, o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO, condição indispensável para concorrer ao posto imediato de Major Polícia Militar – PM e o Curso Superior de Polícia efetuado para habilitar os Oficiais do penúltimo posto da PM (Tenente Coronel) à promoção de Coronel (Pará, 2016; 2017).

Outra porta de entrada é o provimento de vagas para o Curso de Formação de Praças, os quais também seguem suas respectivas graduações e interstícios, iniciando na graduação de soldado, seguindo até a graduação de sub-tenente, desde que se cumpram os Cursos de adaptação a Graduação de Sargentos - CGS e o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos - CAS (Pará, 2016; 2017).

Considerando a relevância da formação policial, entende-se que este processo deve ir para além da mera capacitação operacional, com o objetivo de fazer o profissional não apenas cumprir uma tarefa específica, mas, além disso, possa-se constituir capacidades de automonitoramento e auto-avaliação, as quais são reguladas por suas crenças pessoais. É importante privilegiar saberes que contemplem um arcabouço metacognitivo. Bandura (1977; 1986) apresenta os conceitos da autoeficácia como a crença de uma pessoa na sua capacidade para realizar tarefas com qualidade, estas crenças estão relacionadas à motivação quanto ao uso de recursos cognitivos adquiridos para traçar metas para o alcance de um objetivo.

Assim, pensar em formação policial sob essa ótica é tornar o aprendizado menos resistivo e mais responsivo e analítico, uma vez que ao receber conhecimentos que irão gerar habilidades específicas, a crença na capacidade pessoal de que pode lançar mão destas para obter sucesso na realização da tarefa, poderá criar maior possibilidade de eficácia nas tarefas, portanto, quanto maior a geração de expectativas de eficácia, maior será o esforço despendido pelo indivíduo para superar dificuldades (Bandura, 1977; Ramos 2015; Ramos *et al.*, 2016). Vale ressaltar, no entanto, que a crença da autoeficácia isoladamente, não chancela o sucesso, esta deve ser acompanhada de um conjunto de saberes que tornam o indivíduo capaz de organizar um cenário futuro para a realização da tarefa (Bandura, 1986).

Segundo Bandura (1977; 2018), as crenças de autoeficácia são constituídas por meio de 4 fontes distintas, a saber: experiência de domínio, experiência vicária, persuasão verbal, estados afetivos e fisiológicos.

A experiência de domínio é baseada nas experiências pessoais dos indivíduos, ressaltando que vivências exitosas fortalecem a crença da autoeficácia, assim como as derrotas enfraquecem. A Experiência vicária se baseia na *performance* de outras pessoas, ou seja, quando se observa outros indivíduos realizando tarefas que para si não pareciam

capazes, podendo gerar autopersuasão de que conseguem superar suas respectivas expectativas. A Persuasão verbal é vastamente utilizada, por sua natureza simples e de disponibilidade imediata, em que os indivíduos são levados a crer, por meio de avaliações dos seus desempenhos, que podem superar obstáculos (Bandura, 1977, 1986; Ramos, 2015; Ramos *et al.*, 2016).

Os Estados afetivos e fisiológicos são as fontes provenientes de condições variadas como estresse, fortes emoções, manifestações fisiológicas que podem afetar a autoeficácia percebida ao lidar com ameaças. Os indivíduos observam suas reações psicofisiológicas associadas a diferentes situações, sejam elas boas ou ruins. Excitação emocional elevada, de forma geral, afeta negativamente a *performance*, reações de medo geram posteriores situações de desencorajamento, pelo simples fato do indivíduo pensar na situação. Sendo assim, em situações de estresse elevado, por exemplo, um indivíduo é levado a crer que não é capaz de superar o episódio em questão, dessa forma a autocompetência percebida pode ser mais suscetível a pensamentos incapacitantes diante de situações ameaçadoras (Bandura, 1977, 1986; Ramos, 2015; Ramos *et al.*, 2016).

Entende-se que discutir esses aspectos na formação do policial militar poderá contribuir para o melhoramento do desempenho da função policial. Diante do exposto, tem-se como objetivo avaliar a autoeficácia de soldados da polícia militar (PM), aplicada à percepção de desempenho a partir do curso de formação de Soldados da PM do Pará.

2. Metodologia

2.1. Natureza na pesquisa

A abordagem da pesquisa quanto ao problema é quantitativa, uma vez que se busca apontar estatisticamente a autoeficácia aplicada a percepção de desempenho, sob a ótica dos conhecimentos adquiridos durante a fase de formação profissional dos Soldados da Polícia Militar da turma de 2018/2019 (Silva *et al.*, 2014).

Quanto aos objetivos utilizou-se abordagem descritiva, uma vez que foram observados, analisados, registrados, catalogados, os aspectos da Autoeficácia quanto aos conhecimentos adquiridos no Curso de Formação de Praças da Polícia Militar do Pará, na turma 2018/2019, sendo este escolhido, por visar identificar, registrar, analisar vetores e variáveis que dimensionam o fenômeno estudado (Perovano, 2016). Os procedimentos da pesquisa foram norteados pela técnica de pesquisa de campo por meio de levantamento,

visando conhecer aspectos específicos do tema estudado, sendo estes quantificados para a análise dos dados (Gil, 2002).

2.2. Delimitação do contexto e seleção dos participantes

A pesquisa foi realizada na Polícia Militar do Pará, com os Soldados recém-formados no Curso de formação de Praças 2018/2019, polo Belém, tendo em vista que esta turma específica contou com a última atualização da malha e desenho curricular dos cursos de formação, ora realizado na corporação.

Esta atualização consta do Documento “Projeto Pedagógico - Curso de Formação de Praças 2018”, o qual descreve o desenho curricular em consonância com a Matriz curricular nacional, dividindo as disciplinas e módulos por eixos temáticos, totalizando uma carga horária de 1.300 hora/aula.

Realizou-se um censo com a população composta por 283 Policiais Militares provenientes da última turma do Curso de Formação de Praças, polo Belém, declarados praças da graduação inicial dos quadros da Polícia Militar do Pará.

2.3. Cuidados Éticos, Coleta e Análise de dados

Foi oficiado ao Chefe do Estado Maior da Polícia Militar do Pará, por meio da parte, sem número - PM2/2019, de 03 de junho de 2019, solicitando autorização para realização da pesquisa junto aos formandos do Curso de Formação de Praças, bem como aos sujeitos da pesquisa, que também autorizaram ser submetidos ao preenchimento do instrumento de coleta.

O instrumento de coleta, a escala tipo *Likert*, autoaplicada, foi composto por trinta perguntas divididas em três grandes grupos de competências, quais sejam: Cognitivas, Operativas e Atitudinais, as quais fazem parte da Matriz Curricular Nacional (MCN) da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) (Brasil, 1988; 2014). Foram definidos 3 intervalos de respostas: incapaz, nem capaz nem incapaz e capaz; visando compreender a manifestação da autoeficácia na relação do aprendizado teórico adquirido no período de formação com a prática profissional recém adquirida. Este instrumento foi criado especificamente para este estudo, sendo de autoria própria.

Além das perguntas provenientes dos grupos de competências descritos na MCN, foram incluídos dados de caracterização, como: sexo; formação; estado civil; se possui filhos;

profissão anterior; avaliação do curso de formação de praças 2018/2019 (com notas entre 0 a 10). O protocolo ético foi seguido, garantindo o anonimato dos participantes, com aplicação do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), bem como ressaltando a voluntariedade dos policiais e a concessão da Corporação Polícia Militar do Pará, para realização da pesquisa.

As informações coletadas foram tratadas com análise exploratória dos dados, com método de estatística descritiva, fazendo uso de tabelas, gráficos e medidas descritivas como ferramenta de análise (Bussab & Morettin, 2013).

3. Resultados e Discussão

Para melhor compreensão e descrição das dimensões encontradas na coleta, a apresentação dos dados ficou dividida em: (i) caracterização dos participantes, (ii) Percepções de autoeficácia aplicada ao desempenho após curso de formação.

3.1. Caracterização dos participantes

Neste tópico serão dispostos os resultados referentes à caracterização dos participantes. No que diz respeito à divisão dos sexos dos participantes da amostra da pesquisa, identificou-se que 218 policiais militares são do sexo masculino (77%), e 68 são do sexo feminino (23%).

Ao tratar esse dado preliminar, é válido ressaltar que na Polícia Militar do Pará, não há diferenciação de cargos e funções para homens e mulheres, todos concorrem em condições iguais. Porém, é importante citar que a legislação de ingresso define a proporção a ser utilizada como parâmetro para construção do edital do concurso público (Pará, 2016).

Quanto à formação dos policiais militares, 105 possuem nível médio (37%), sendo a exigência de grau mínimo de instrução, prevista no edital do concurso; enquanto 82 policiais (29%) do censo possuem nível superior completo, e 96 policiais (34%) possuem superior incompleto. Um ponto importante a ser destacado nesta variável é o número de participantes que estão acima do grau de escolaridade exigido pelo edital do concurso, representando, se somados os participantes com nível superior completo e incompleto, um percentual de 63% do total, um quantitativo expressivo quanto ao nível intelectual dos participantes.

Os participantes também informaram seu estado civil, inferindo-se que mais da metade do censo é composto por solteiros (as), sendo 159 policiais (56,2%), seguido de 61 militares

casados (as) (21,6%), 57 em união estável (20,1%), e por fim, 6 dos participantes (2,1%) encontram-se divorciados. Além de, serem questionados se possuíam, ou não, filhos, e os resultados mostraram que 120 policiais militares possuem filhos (42,4%), e 162 não tem filhos (57,2%). Ressalta-se que apenas 1 participante deixou de responder a pergunta. Ainda na caracterização dos participantes, a pesquisa questionou acerca de uma avaliação dada pelos mesmos, ao curso da corporação, as notas variaram de 1 a 10 (Tabela 1).

Tabela 1. Avaliação dos participantes, quanto ao curso da Polícia Militar, com notas de 1 a 10.

Avaliação-Nota	Quantidade	Percentual
1	1	0,4
5	3	1,1
6	11	3,9
7	36	12,7
8	94	33,2
9	4	1,4
9	75	26,5
10	46	16,3
Total	270	95,4

*Nota: 13 participantes não responderam a pesquisa.

Fonte: Elaborado pelo Autores (2020).

Nos resultados relativos à avaliação do referido curso observou-se que, os pontos extremos foram, uma avaliação mínima (nota 1), representando 0,4% do censo. Enquanto 94 participantes avaliaram o curso com nota 8, representando o maior percentual do censo 33,2%. Vale ressaltar que 13 participantes (4,6%) preferiram não responder a pergunta (Tabela 1).

3.2. Percepções de autoeficácia aplicada ao desempenho após curso de formação

Como descrito anteriormente, a partir das informações extraídas da MCN, foram escolhidas trinta perguntas, divididas em 3 grupos de competências julgadas essenciais e preponderantes para a formação profissional do policial militar. Nesse contexto, para fins de análise dos dados, foram selecionadas duas perguntas de cada grupo de competências, consideradas mais significativas pelas respostas obtidas no formulário.

É imprescindível ressaltar que a escolha por analisar as competências corresponde à avaliação de questões que estejam fora do eixo estritamente técnico-profissional da atividade policial, ou seja, as disciplinas inerentes ao serviço policial militar, tais como: manuseio de armamentos, defesa pessoal policial, técnicas de abordagem, regulamentos militares e afins, uma vez que se buscou compreender a autoeficácia e desempenho na formação policial, conforme previsão no projeto pedagógico (Pará, 2018), priorizando os aspectos analítico-cognitivos das competências de disciplinas humanistas da matriz curricular.

3.2.1. Dimensão cognitiva

Nesta dimensão, os participantes foram questionados acerca da sua percepção quanto à autoeficácia e ao seu desempenho. No item “Ter a capacidade de interagir com órgãos e integrantes dos sistemas judiciário, penitenciário e de defesa social”, os participantes julgaram sua capacidade. De acordo com a resposta dos mesmos, notou-se que 210 militares (75%) informaram acreditar ser capaz de interagir com conhecimentos do campo judicial, penitenciário e de defesa social, a partir da formação que receberam no curso. No entanto 66 participantes (23%) indicaram que não se sentem nem capazes nem incapazes neste item. Identificou-se ainda que 6 policiais (2%) manifestaram percepção de incapacidade neste aspecto.

Em relação ao Item “Compor sindicância policial militar, demonstrar conhecimento sobre legislação de procedimentos administrativos disciplinares e sindicância”, notou-se que 188 policiais Militares (66%) responderam que acreditam ser capazes de produzir sindicância policial, a partir da formação que receberam no curso. No entanto, 66 (31%) e 6 (3%) policiais militares indicaram que não se sentem nem capazes nem incapazes, ou incapazes, respectivamente.

Ao tratar dos dados gerados, a partir dos itens de competências cognitivas, observou-se a manifestação das teorias de Bandura (1977; 1986; 2018), quando trata da crença, não isoladamente, mas composta por um conjunto de saberes que tornam o indivíduo capaz de gerar expectativas de êxito futuro, sendo assim possível traçar um paralelo, por meio dos percentuais das respostas dos participantes.

No item “Ser capaz de elaborar relatório, demonstrando conhecimento sobre os tipos de documentos e utilizando linguagem técnica segundo padrões de redação e de Língua Portuguesa”. Nota-se que 198 policiais militares (70%) responderam que acreditam ser capazes de elaborar relatórios a partir da formação que receberam no curso. Seguido dos 74

participantes (26%) que indicaram que não se sentem nem capazes nem incapazes e 11 policiais militares (4%) manifestaram percepção de incapacidade neste aspecto.

Quanto ao item “Ter capacidade de gerenciar dados relativos à segurança pública (por exemplo, dados de geoprocessamento, mapas e boletins de ocorrência, dentre outros)”, percebe-se que 151 policiais (53%) responderam acreditar ser capaz de gerenciar dados a partir da formação. Enquanto que, 108 participantes (38%) indicaram que não se sentir nem capazes nem incapazes e 24 (9%) manifestaram percepção de incapacidade.

Neste item, se considerar as repostas de incapazes e nem capazes nem incapazes, é possível observar um percentual alto de insegurança quanto à operacionalização do conhecimento, podendo apontar para uma fragilidade do conteúdo programático de disciplinas que induzem esse conhecimento específico, ou na transmissão do conhecimento por parte do instrutor.

Em relação ao item “Ter capacidade de negociação (buscar o consenso de ideias; demonstrar firmeza em seus posicionamentos, sem ser intransigente)”, a maioria dos militares (257, 91%) responderam acreditar ter capacidade de negociação, a partir da formação que receberam no curso. No entanto, 26 participantes (9%) indicaram não se sentirem capazes nem incapazes. É importante ressaltar que esta competência é altamente desejável no perfil profissional policial.

A competência de negociação policial está inserida dentro de um contexto maior, o de mediação de conflitos. A negociação é o meio de solução de conflitos, no qual os indivíduos conversam e encontram um acordo sem a necessidade da arbitragem por terceiros. Neste contexto Lima (1995) afirma ser necessária uma mudança significativa, tanto no fazer da Polícia, quanto na formação do seu efetivo profissional, para que haja uma quebra de paradigmas na relação, Estado e sociedade. Para tanto, a garantia do ordenamento social legítimo, definido pela sociedade, seus instrumentos de controle social primário, devem ser os de mediação de conflitos pela negociação, exercidos pelos agentes treinados e formados para tal função.

No item, “Agir com senso crítico (ter postura crítica frente à determinada situação ou evento, após se cientificar das possíveis consequências)”, os participantes posicionaram-se da seguinte maneira, 257 policiais militares (91%) acreditam ser capazes de agir com senso crítico, a partir da formação que receberam no curso. Sendo que, 25 participantes (9%), indicaram não se sentir capaz nem incapaz. Identificou-se, ainda, que 1 policial militar, menos de 1% da amostra, manifestou percepção de incapacidade neste aspecto.

No decorrer da análise, buscou-se observar como a percepção de competência para compor sindicância policial se manifestava na diferenciação por nível de formação (Ensino Médio, Superior Incompleto e Superior), visando assim lançar um olhar sobre o impacto da educação formal, no aprendizado de novos conhecimentos, sobretudo na formação profissional policial (Tabela 2).

Tabela 2. Percepção dos participantes quanto à sua capacidade de compor sindicância policial, por grau de escolaridade.

Sindicância policial	Formação			Total
	Ensino Médio	Ensino Superior	Ensino Superior incompleto	
Incapaz	4	2	1	7
	3,8%	2,4%	1,0%	2,5%
Nem capaz, nem incapaz	43	18	27	88
	41,0%	22,0%	28,1%	31,1%
Capaz	58	62	68	188
	55,2%	75,6%	70,8%	66,4%
Total	105	82	96	283
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaborado pelos Autores (2020).

A partir dos resultados dispostos na Tabela 2, infere-se que 62 policiais com nível superior completo (75,6%), somado com 68 com ensino superior incompleto (70,8%) e 58 (55,2%) com ensino médio responderam que se sentem capazes neste domínio (competência para compor sindicância policial), totalizando 188 policiais, correspondendo à maioria da amostra (66,4%). Assim, quando esses dados são interpretados pelo fator cognitivo, à luz de uma das fontes de autoeficácia, a experiência de domínio, percebe-se uma importante relação.

A fonte de experiência de domínio refere-se às vivências de sucessos que podem aumentar as crenças nas capacidades próprias para realizar determinadas tarefas. Os resultados provenientes das ações dos indivíduos são interpretados para desenvolver crenças positivas ou negativas a respeito de suas capacidades frente à realização de atividades, atuando conforme as crenças produzidas (Bandura, 1977; 1986; Ramos, 2015). Neste item

específico as experiências de formação parecem ter efeito sobre a autoeficácia dos participantes, indicando que quanto maior o nível de formação, mais elevada é a autoeficácia, neste fator de domínio. Quanto à análise da percepção de competência para interagir com órgão e integrantes do sistema judiciário, ainda levando em consideração o grau de escolaridade, a Tabela 3 dispõe os resultados.

Tabela 3. Percepção dos participantes quanto à sua capacidade de interagir com órgão e integrantes dos sistemas judiciário, penitenciário e de defesa social.

Ter capacidade de interagir com órgão e integrantes dos sistemas judiciário, penitenciário e de defesa social.	Formação			Total
	Ensino Médio	Ensino Superior	Ensino Superior incompleto	
Incapaz	3 2,9%	2 2,4%	1 1,0%	6 2,1%
Nem capaz nem incapaz	25 23,8%	18 22,0%	23 24,0%	66 23,3%
Capaz	77 73,3%	62 75,6%	71 74,0%	210 74,2%
Não respondeu	0 0,0%	0 0,0%	1 1,0%	1 ,4%
Total	105 100,0%	82 100,0%	96 100,0%	283 100,0%

Fonte: Elaborado pelos Autores (2020).

A partir da Tabela 3, observou-se que 75,6% dos policiais com nível superior, 74% dos que possuem ensino superior incompleto e 73,3% dos policiais com ensino médio responderam que se sentem capazes neste domínio corroborando ainda mais com análise da correlação de grau de escolaridade com a autoeficácia.

As percepções dos sujeitos desta pesquisa, sob o contexto do aprendizado da atividade policial, se apropriando do construto de autoeficácia para o campo da formação profissional policial, foi um foco importante de análise uma vez que, segundo Azzi & Polydoro (2006) e Pajares & Olaz (2008), as concepções de autoeficácia encontram abrigo nas mais diversas áreas do conhecimento, tais como, saúde, educação e trabalho, não sendo diferente no campo da segurança pública.

Acredita-se que exigências sociais por uma “nova” Polícia deve necessariamente passar por uma reforma no modelo de ensino policial. Em parte, foi possível alcançar algumas mudanças com a Matriz Curricular Nacional, a qual reconhecidamente incluiu eixos temáticos e grupos de competências, que vão além das disciplinas formais de um modelo de formação militarizado, voltado em sua grande parte para “equipar” o policial com um conjunto de saberes estritamente técnico-profissional, unidimensional, com vistas a ser uma organização de cunho combativo-repressivo de reforço da lei, referindo-se a um modelo dual de polícia dos diferentes fazeres (dimensões da atividade), a militar e a policial, seguindo a estética militar tradicional, graças aos ritos e tradições formais (Silva, 2009).

Neste contexto, é plausível acolher que a ideia de que formar este profissional, que exerce uma atividade tão complexa como a policial, com conhecimentos unilaterais, seguindo a égide dos aspectos técnico-profissionais não tem se mostrado eficaz, que é necessário equipá-lo de suas próprias crenças para atuar diante de suas capacidades. Portanto, os resultados desta pesquisa apontam para uma necessidade notável de dotar o ensino em diversas áreas da segurança pública, em especial a do policial, em sua carreira inicial da tríade das ações formativas de conhecimentos que o ensino superior pode fornecer e o cognitivo alimentado pela autoeficácia e conhecimentos específicos da atividade, sem perder a identidade profissional (a estética e o *ethos* militar).

4. Considerações Finais

O caminho percorrido neste artigo visou lançar um olhar sobre a formação inicial do Policial Militar do Pará, pela perspectiva deste profissional recém-formado e incorporado as fileiras operativas da corporação, analisando como o mesmo percebeu o nível de conhecimento ofertado, o desenvolvimento das competências e as dimensões dos eixos temáticos envolvidos na malha curricular de ensino sob a perspectiva da autoeficácia, como construto da Teoria Social Cognitiva desenvolvida por Albert Bandura.

Este modelo de formação, voltado somente à estética de formação Militar, anterior aos avanços alcançados pela (MCN), claramente deixava lacunas na atuação policial diante de uma sociedade em constante transformação. Sendo o policial, cumpridor de ordens em uma estrutura piramidal hierárquica escalonada e apenas formado para ser um reforçador da lei, não consegue dar conta da enorme complexidade da atividade de operador de segurança pública, nesse contexto foi necessário refletir em qual pode ser o perfil profissional desejável

para cumprir um papel tão importante para comunidade, que divide em uma linha tênue a vida em sociedade da barbárie.

A Matriz Curricular de Ensino do ano de 2018, contida no projeto pedagógico, possui forte concepção de formação de um profissional, que além das dimensões legais que regem a atividade policial, possa formar valores e práticas profissionais voltadas para o desenvolvimento do raciocínio analítico, poder contextualizar e relativizar conflitos, articulação social, proximidade com a comunidade a que serve, e preparo técnico.

Neste estudo o foco esteve voltado, a partir deste novo modelo de ensino, à compreender e analisar os dados coletados, avaliando como este profissional percebe sua capacidade diante do cruzamento de duas dimensões, a primeira ligada ao conjunto de conhecimentos e competências aprendidas na fase de formação, e a segunda, a expectativa de aplicação deste conhecimentos e competências, na prática profissional.

É imprescindível ressaltar que a escolha por analisar pontos específicos dos grupos de competências da lista de perguntas do formulário, primeiro, referiu-se a avaliar questões que estivessem fora do eixo estritamente técnico-profissional da atividade policial, tais como: manuseio de armamentos, defesa pessoal policial, técnicas de abordagem, regulamentos militares e afins, uma vez que a pesquisa buscou compreender a autoeficácia e desempenho na formação policial, priorizando os aspectos analítico-cognitivos das competências de disciplinas humanistas da Matriz curricular.

As limitações observadas neste estudo encontram razão no fato do formulário ter sido aplicado apenas ao Polo Belém, fornecendo um recorte regional de realidade, sendo assim, sugere-se que futuras pesquisas busquem realidades diferentes nas diversas regiões que possuem polos de formação, podendo, portanto, estender a pesquisa para outras localidades ou mesmo fazer a pesquisa em nível de estado para cruzar os dados por polo de formação.

Referências

Azzi, R. G., & Polydoro, S. A. J. (Orgs). (2006). *Autoeficácia em diferentes contextos*. Campinas - SP: Alínea.

Bandura, A. (1977). *Self-efficacy: Toward a Unifying Theory of behavioral change*, 84(2), 191-215.

- Bandura, A. (1986). *Social foundations of thought and action: a social cognitive theory*. Englewood Cliffs, NJ.
- Bandura, A. (2018). Toward a psychology of human agency: Pathways and reflections. *Perspectives on Psychological Science*, 13(2), 130-136.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, Senado Federal.
- Brasil. Ministério da justiça. (2014). *Matriz curricular nacional*. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 362.
- Bussab, W. de O. & Morettin, P. A. (2013). *Estatística Básica*, 7 ed., São Paulo: Saraiva.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª Ed. São Paulo: Atlas.
- Leal, G. R. (2016). *Fundamentos das ciências policiais: da barbárie a segurança pública*. Curitiba: CRV.
- Lima, R. K. de. (1995). *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Editora Forense.
- Mcenvoy, C., & Hideg, G. (2017). *Global violent deaths 2017: Time to decide*. Suíça. Disponível em: <http://www.smallarmssurvey.org/fileadmin/docs/U-Reports/SAS-Report-GVD2017.pdf>.
- Menandro, P. R. M., & Souza, L. de. (1996). “O cidadão policial militar e sua visão da relação polícia-sociedade”. *Psicol. USP*, São Paulo, 12(7), 133-141.
- Pajares, F., & Olaz, F. (2008). Teoria Social Cognitiva e auto-eficácia: uma visão geral. In: Bandura, A., Azzi, R., & Polydoro, S. A. J. (Orgs) *Teoria Social Cognitiva: conceitos básicos*. Porto Alegre: Editora Artmed. 97-114.
- Pará. Polícia Militar do Pará. (2016). *Lei 8.342 de 14 de janeiro de 2016*. Estabelece normas de ingresso na Polícia Militar do Pará.

Pará. Polícia Militar do Pará. (2017). *Manual do aluno*: Dispõe sobre normas condutas e procedimentos do aluno do Curso de formação de praças da Polícia Militar do Pará – PMPA.

Pará. Polícia Militar do Pará. (2018). *Projeto Pedagógico CFP 2018*. Belém, PA: Polícia Militar do Pará.

Perovano, D. G. (2016). *Manual de metodologia da pesquisa científica*. Curitiba: InterSaberes.

Poncioni, P. (2004). Tornar-se policial: A construção da identidade profissional do policial do Rio de Janeiro. *Tese*. (Doutorado em sociologia)- Universidade de São Paulo. São Paulo.

Poncioni, P. (2014). *Crime, polícia e justiça no Brasil*: Identidade profissional policial, 1 ed., reimpressão. São Paulo: Contexto.

Ramos, M. F. H. (2015). Modelo social cognitivo de satisfação no trabalho e eficácia coletiva: percepções sobre a docência (*Tese de doutorado*). Universidade Federal do Pará.

Ramos, M. F. H., Fernandez, A. P. D. O., Furtado, K. C. N., Ramos, E. M. L. S., Silva, S. S. D. C., & Pontes, F. A. R. (2016). Satisfação no trabalho docente: Uma análise a partir do modelo social cognitivo de satisfação no trabalho e da eficácia coletiva docente. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 21(2), 179-191.

Silva, A. M. C., & Sento-Sé, João T. (2013). A polícia e o espelho da sociedade. *Interseções*, 15(2), p. 329-355, Rio de Janeiro.

Silva, D., et al. (2014). “Pesquisa Quantitativa: Elementos, paradigmas e definições”. *Revista Gestão e secretariado*, 5(1), 01-18, São Paulo.

Silva, R. R. (2009). Entre a caserna e a rua: O dilema do “pato”. 211p. *Dissertação*. (Mestrado em antropologia) - Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro.

Soares, L. E. (2006). Segurança pública: presente e futuro. *Estud. Av.*, São Paulo, 20(56), 91-106.

Szabó, I., & Risso, M. (2018). *Segurança pública para virar o jogo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Fabício Silva Bassalo – 25%

Maély Ferreira Holanda Ramos – 25 %

Silvia dos Santos de Almeida – 25%

Emmanuelle Pantoja Silva – 25%